Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP -**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 005/2024, DE 25 DE JANEIRO DE 2024.**

A Diretora Geral da Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.912, de 09 de junho de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.760 - R, de 2006.

Resolve:

Art. 1º - Estabelecer os critérios para que a Administração Estadual realize solicitações de cursos junto à ESESP, com o propósito de planejar, organizar e proporcionar oportunidades de capacitação aos órgãos demandantes.

Art. 2º - As solicitações de cursos deverão ser feitas com o intuito de planejar o calendário acadêmico por semestre, nos períodos especificados a seguir:

I) Meses de janeiro e fevereiro: para cursos a serem realizados tanto no primeiro quanto no segundo semestre do exercício.

II) Mês de maio: para cursos a serem realizados no segundo semestre do exercício.

§1º - As solicitações que envolvam descentralização da execução de créditos orçamentários do órgão/entidade demandante também devem ser submetidas no mesmo período, ainda que a efetiva descentralização ocorra em período posterior aos prazos estabelecidos nesta Instrução de Serviço.

§2º - Solicitações realizadas fora do prazo serão analisadas pela Diretoria-Geral, considerando a conveniência e oportunidade do interesse público.

Art. 3º - Esta Instrução de Serviço entra em vigor a partir da data de sua publicação no Diário oficial.

Vitória, 25 de janeiro de 2024

Laís Alves Garcia

Diretora Geral / ESESP

Protocolo 1253325

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO - ESESP,

Torna sem efeito a INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 004/2024, de 24 de janeiro de 2024, publicada em 25 de janeiro de 2024, que continha como objeto o estabelecimento de critérios para pedidos de descentralização de recursos orçamentários para a ESESP.

Vitória-ES, 25 de janeiro de 2024.

Laís Alves Garcia

Diretora Geral - ESESP

Protocolo 1252855

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ -**SUBGERÊNCIA FISCAL REGIÃO METROPOLITANA
EDITAL DE INTIMAÇÃO
N.º 001/2024**

Os contribuintes relacionados no Anexo que integra este Edital ficam INTIMADOS a RECOLHER aos Cofres Públicos Estaduais, no prazo de 30 (trinta) dias, iniciando-se a contagem 10 (dez) dias após a publicação deste, o crédito tributário lançado no Auto de Infração que tramita nesta subgerência, com a REDUÇÃO prevista no Art. 77-A, Inciso III, alínea "b", da Lei nº 7000, de 27/12/2001, ou a IMPUGNAR

o referido lançamento, na forma dos Arts. 141 e 142 da Lei nº 7000, de 27/12/2001, sob pena de REVELIA.

O contribuinte está relacionado por município, contendo as seguintes indicações:

1. Nome;
2. CPF;
3. Número do Auto de Infração;
4. Número do Processo.

GUARAPARI

LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS; 048.349.195-01; 5.154.513-3; 90465318

Vila Velha, 25 de janeiro de 2024.

**HELDER COSTA LEÃO
SUBGERENTE FISCAL
REGIÃO METROPOLITANA**

Protocolo 1252480

**SUBGERÊNCIA FISCAL
REGIÃO METROPOLITANA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEPOSITÁRIO DE
MERCADORIAS APREENDIDAS
Nº 002/2024**

Nos termos do Art. 791, inciso II, do RICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25/10/2002 e tendo em vista que as iniciativas de intimação por via postal resultaram improficuas, e conforme consta no(s) processo(s) **90384636 e 90384644**, fica o Depositário **FLAVIO TEIXEIRA MATTOS CATELANE FERREIRA**, CPF nº **151.065.267-10**, **INTIMADO**

a restituir à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/ES, por meio da Subgerência Fiscal - Região Metropolitana, situada na Av. Carlos Lindenberg, 1445, Glória, Vila Velha/ES, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 10º (décimo) dia da publicação deste edital, as mercadorias apreendidas pelo Auto de Apreensão e Depósito nº **5.000.562-2**, facultada a entrega do equivalente em dinheiro, respeitado o valor atualizado monetariamente que serviu como base de cálculo na apreensão, sob pena de aplicação de multa, na forma do Art. 75-A, § 8.º, Inciso VII da Lei nº 7.000, de 27 de dezembro de 2001.

Vila Velha, 25 de janeiro de 2024.

**HELDER COSTA LEÃO
SUBGERENTE FISCAL
REGIÃO METROPOLITANA**

Protocolo 1252485

PARECER NORMATIVO Nº 01/2024

EMENTA: ICMS - BENEFÍCIO FISCAL CONCEDIDO A ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL - COMPETE-ES - LEI Nº 10.568/2016 - TERCEIRIZAÇÃO DO PROCESSO INDUSTRIAL.

Este parecer consolida o entendimento da Administração Tributária do Estado do Espírito Santo sobre a aplicabilidade dos benefícios fiscais destinados à indústria, no âmbito do Compete-ES, e a terceirização do processo industrial pela empresa beneficiária.